

## CAMPANHA NACIONAL 2018

# FEEB/BA-SE e Sindicatos da Bahia e Sergipe assinam Aditivo e garantem Gratificação Semestral

**M**ais uma vitória importante para os bancários da Bahia e Sergipe. Nesta quarta-feira, 26 de setembro, a Federação e os 13 sindicatos que a compõem, assinaram a renovação do Acordo Aditivo que garante a gratificação semestral para os funcionários dos bancos privados nos dois estados e também para os empregados do Banese.

A solenidade aconteceu na sede da Federação da Bahia e Sergipe, em Salvador, com a presença do advogado Heliomar Santos, representando a Fenaban; do presidente da Feebbase, Hermelino Neto, da presidenta do Sindicato de Sergipe, Ivânia Pereira, e do presidente em exercício do Sindicato da Bahia, Euclides Fagundes, e o licenciado, Augusto Vasconcelos. Os diretores da Seeb Sergipe, Adêniton Santos e Everton Castro também prestigiaram o ato.

“Esta é a primeira vez que o aditivo é assinado aqui, com deslocamento da representação da Fenaban para a nossa base. Isso demonstra a valorização do papel da Federação e dos sindicatos da Bahia e Sergipe no processo de negociação da campanha 2018”, avalia o presidente da FEEB/BA-SE, Hermelino Neto.

Neto ressalta também a importância do fechamento do acordo global para manutenção do Aditivo, que pode-



Aditivo específico da Bahia e Sergipe foi assinado em Salvador com a presença de representante da Fenaban

ria deixar de existir, caso os bancos ajuizassem o dissídio coletivo e a Justiça garantisse apenas algumas cláusulas da Convenção Coletiva de Trabalho. “Isso traria um prejuízo muito grande para os bancários da nossa base, que ficariam sem a gratificação semestral. Não poderíamos correr este risco. Sem sombra de dúvida, saímos vitoriosos”, destaca Neto

A gratificação semestral, no valor de um salário base, é paga nos meses de janeiro e julho, aos funcionários dos bancos privados da Bahia e Sergipe, além dos banesianos.

## Estatuto da Cassi: votação vai até 5 de outubro

Começou na segunda-feira, dia 24, a consulta com os associados para deliberar sobre a alteração do Estatuto da Cassi. Participam do pleito 169. 886 associados da ativa e aposentados. A votação termina no dia 5 de outubro.

O Sindicato dos Bancários, assim como várias entidades do funcionalismo do BB, é contra a reforma de Estatuto da Cassi, pois entende que ela é prejudicial aos associados e traz mudanças irreversíveis.

DEFENDA  
A CASSI!

VOTE  
NÃO!

## Augusto Vasconcelos: Decreto de Temer fragiliza setor público

"Mais um passo foi dado para fragilizar o setor público com precarização do trabalho e extinção dos concursos", afirma o candidato a deputado estadual (PCdoB) e presidente licenciado do Sindicato dos Bancários da Bahia, **Augusto Vasconcelos**. O dirigente criticou o decreto 9507/18, assinado por Michel Temer e que trata da terceirização de serviços na administração direta e em autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pelo governo federal.

Augusto esclarece que, com a medida, podem ser terceirizados os empregados da Caixa, do Banco do Brasil, da Petrobras, professores de universidade federais, trabalhadores dos portos e aeroportos, servidores dos ministérios, entre outros.

"Pelo decreto, a precarização nas relações de trabalho só vai aumentar e a sociedade será prejudicada. Resultado: salários reduzidos, aumento de jornada e do número de acidentes de trabalho. O mesmo que acontece na maioria dos setores que



Para Augusto Vasconcelos o decreto vai precarizar o trabalho e provocar a extinção dos concursos públicos

abusam do emprego de mão de obra terceirizada", denunciou Augusto.

Antes do decreto, a terceirização no serviço público atingia apenas atividades como conservação, limpeza, segurança e vigilância, entre outras área de apoio. A medida de Temer permite agora a terceirização para qualquer atividade do setor público.

### MAIS ATAQUES

## Reforma da previdência pode voltar à pauta ainda este ano

O presidente Michel Temer deixou escapar em entrevista à Empresa Brasileira de Comunicação (EBC) que pode suspender a intervenção militar no Rio de Janeiro para votar a Reforma da Previdência (PEC 287/2016) ainda neste ano. Não são permitidas mudanças na Constituição em casos de intervenção militar. Ele disse que a suspensão depende de conversações a serem realizadas após o primeiro turno das eleições.



Temer quer pautar a reforma ainda este ano

"Como depende de votação em primeiro e segundo turnos, de repente pode suspender a intervenção", disse o golpista logo após discursar na abertura da Assembleia Geral da ONU, nesta terça-feira (25), em Nova York (EUA).

Temer quer levar à votação nos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado o projeto aprovado em comissão especial da Câmara desde o primeiro semestre do ano passado, que foi barrado pela pressão exercida pelos trabalhadores.

"É mais um golpe que o governo ilegítimo e seus aliados querem dar na população. Temos que ficar atentos e não votar em candidatos de partidos que apoiam o desmonte da Previdência Pública e que querem acabar com o direito do povo se aposentar", disse a presidenta da Confederação

nacional dos Trabalhadores do ramo Financeiro (Contraf-CUT), Juvandia Moreira. "Não elegemos candidatos que já votaram contra o trabalhador é o recado que temos que dar para deixar claro que quem votar a favor do fim da aposentadoria nunca mais será eleito", completou.

Juvandia, disse que as centrais sindicais já estavam esperando por essa iniciativa do governo e seus aliados golpistas. "Eles já acabaram

com a CLT, congelaram os investimentos em saúde e educação. Se dessem fim também à aposentadoria dos trabalhadores e trabalhadoras, sabem que jamais seriam eleitos. Resolveram esperar passar pelas eleições. Assim teria mais tempo para fazer mais estragos ainda nos direitos sociais e contam com a memória curta do povo. Mas, é bom que eles fiquem sabendo, que não vamos deixar o povo esquecer do que eles já fizeram e do que ainda pretendem fazer em prejuízo do trabalhador", ressaltou.

O projeto de "reforma da Previdência", em tramitação no Congresso Nacional, afeta muito os trabalhadores e, principalmente, as trabalhadoras. Especialistas apontam que a maior parte dos trabalhadores de baixa renda não conseguirá cumprir as exigências para se aposentar, caso o projeto seja aprovado.